

ATA N ° 01/ AM /2020

ATA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA VINTE E OITO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE -----

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte reuniu, pelas vinte e uma horas, na Sala de Sessões da Sede do Município de Santiago do Cacém, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte: -----

-----ORDEM DO DIA: -----

1. Expediente-----

2. Ata -----

3. Participação no IVA – Artigo 26º-A, da Lei 73/2013 – Alteração ao Orçamento – Informação do Presidente da Câmara Municipal, para conhecimento. -----

4. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----

--- a) Declarações – Compromissos plurianuais, pagamentos e recebimentos em atraso, para conhecimento;-----

--- b) Projeto de alteração ao Regulamento do Prémio Nacional de Conto Manuel da Fonseca.-----

4. ATIVIDADE AUTÁRQUICA -----

Efetuada a chamada verificou-se estarem presentes os membros: Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Jorge Manuel Mata Magrinho, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Rui Manuel Beles Vieira, Maria Emília Batista de Almeida, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Maria Teresa Pereira Machado Branco, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva, Adelaide Júlia Messias de Lemos, Francisco Alfeirão Rodrigues, Rui Estevam de Matos, Ricardo Jorge da Cruz, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves. -----

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro dos Santos Beijinha, da Senhora Vereadora Maria Margarida Costa Rosa Cardoso dos Santos e dos Senhores Vereadores Albano Joaquim Mestre Pereira, Óscar Domingues Ramos e Luis Filipe dos Santos. -----

Não compareceram os membros: José Matos Cascão da Silva, Manuel Botelho Mourão, Francisco de Oliveira Pereira e Luis de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó. ---

Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma:-----

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA NA PRESENTE SESSÃO--

A Senhora Presidente informou que se faziam substituir, na presente Sessão, o Senhor **Francisco de Oliveira Pereira, eleito da CDU**, pelo Senhor **João Ludovico**, da mesma lista, e os senhores **José Matos Cascão da Silva e Manuel Botelho Mourão, eleitos do PS**, pelos Senhores **José Manuel Costa e Pedro Miguel Marques**, da mesma lista.-----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA MANUEL DA FONSECA E ENVOLVENTES-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Jorge Pinela, com estabelecimento comercial junto àquela via, o qual referiu que aquelas obras não estavam a correr bem, porque foram vedados os acessos à Avenida, impedindo a saída das suas viaturas, e pelo facto de a mesma ter ficado sem iluminação pública, sendo que também tinha dúvidas sobre o cumprimento das normas de segurança por parte da empresa, porque já tinha havido acidentes no local. Mais referiu que tinha sido abordado, com muito pouca urbanidade, por uma pessoa que supunha ser o Engenheiro responsável da obra, dado que o mesmo não se identificou, o qual o questionou sobre o corte de uma rede que impedia o acesso aos contentores do lixo, achando que tinha sido ele, quando terão sido os trabalhadores dos Serviços Urbanos, para retirarem os contentores com os resíduos. Acrescentou que questionou aquele Senhor sobre a situação das suas viaturas, o qual lhe respondeu mal e chegou a agarrar os seus braços, gesto que não lhe agradou. Contudo, posteriormente, a mesma pessoa abordou a sua mulher, dizendo que não se preocupasse que a situação se resolvia.-----

Referiu também que, inicialmente, foi possível estacionar num dos lados da Avenida, mas aquele Senhor disse que ia acabar com esta situação e mandou arrancar, de imediato, os candeeiros ali existentes, e só voltou a intervir no local passados quinze dias, pelo que, considerou que o mesmo agiu de má-fé.-----

Mais referiu que não se estava a verificar uma efetiva fiscalização por parte da Câmara Municipal, para evitar este tipo de situações.-----

Referiu ainda que aquelas obras causam grandes prejuízos aos comerciantes, considerando que os mesmos poderão ser minimizados se a obra for executada de uma forma mais faseada.-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra à Senhora Patricia Almeida, a qual referiu que residia também junto àquela Avenida e que o seu marido tinha questionado o Engenheiro da obra, sobre a necessidade de utilizar as saídas, nas traseiras dos prédios, tendo em conta a sua situação de saúde e os problemas de mobilidade de outras pessoas ali residentes, tendo também já colocado esta questão à Câmara Municipal.-----

Questionou em seguida se a obra era faseada e se a fiscalização da Câmara Municipal a estava a acompanhar, acrescentando que aquela obra não tinha as devidas condições de segurança, porque as fitas balizadoras existentes não impediam que as pessoas, sobretudo crianças e idosos, possam cair nas valas, com a agravante de não haver luz. Mais referiu que as suas dúvidas sobre a segurança na obra aumentaram ao observar que na sua execução não estavam a ser cumpridas as normas de segurança relativas aos trabalhos, em altura, nas gruas.-----

Referiu ainda que as obras só estão agora a sair da Rotunda, pelo que receia o aumento de problemas com o desenvolvimento das mesmas ao longo da Avenida, caso estas situações não sejam corrigidas.-----

Questionou ainda se chegou a ser equacionado o estacionamento alternativo na Quinta do Chafariz.-----

Concluiu, agradecendo a atenção e referindo que gostaria de ser esclarecida sobre estas questões.-----

A Senhora Presidente concedeu, em seguida, a palavra ao Senhor Carlos Figueiredo, também residente naquela zona da Cidade, o qual começou por referir que, aquando da apresentação pública do projecto de requalificação daquela zona, a Câmara Municipal tinha sido alertada para os eventuais efeitos nocivos das obras, os quais se estão verificar, lamentando que não tenham sido tomadas as decisões necessárias para os minimizar, mencionando nomeadamente a falta de segurança, a falta de iluminação, a postura incorrecta do empreiteiro e o facto de a Câmara Municipal não ter um interlocutor no local. Acrescentou que existem até problemas de higiene, por falta das devidas instalações sanitárias para os trabalhadores. -----

Mais referiu que, até há quatro ou cinco anos atrás, era pacífico viver em Santiago do Cacém, dado que o trânsito fluía e não era problemática a falta de estacionamento, apesar dos prédios construídos junto àquela Avenida, em cujas as garagens não se consegue entrar com as viaturas, por não cumprirem as normas municipais, obrigando ao seu estacionamento na via pública. Acrescentou que são insuficientes os lugares de estacionamento relativamente ao número de moradores, para além dos que são precisos para as pessoas que se deslocam àquela zona, a fim de tratarem de assuntos nas Finanças, nos bancos e outros serviços, ao contrário do que se verifica junto à Sede do Município, considerando que a Câmara Municipal devia aplicar naquela Avenida o mesmo rácio do estacionamento existente nesta zona relativamente ao número de moradores, e que, sendo esta uma zona mais histórica do que a Av. Manuel da Fonseca, a qual tem pouco mais de quarenta anos, seria mais lógico que fosse repavimentada as imediações da Sede do Município e que as viaturas fossem colocadas no estacionamento do Auditório Municipal, deixando os lugares de estacionamento, junto à Sede do Município, para as pessoas que vêm tratar de assuntos à Câmara Municipal. -----

Questionou ainda por que razão a Câmara Municipal não tinha consignado no planeamento da obra um organograma que minimizasse os seus impactos. -----

Referiu ainda que, na Rua Dr. Félix da Cruz, as obras tiveram início havia um mês e meio e ainda não tinha sido feita a sua repavimentação, quando já devia ter sido aberta ao público.-----

Referiu também que considerava que o abate das árvores, na Av. Manuel da Fonseca, era um crime ambiental, questionando se tinha sido feita a estimativa do tempo que vai ser necessário para repor os níveis de CO2 com as novas árvores. Mais considerou que aquelas obras não contribuía para a descarbonização e que se tratava de transformar um local com quarenta anos numa zona histórica, pondo em causa a tranquilidade das pessoas que ali residem, com a colocação de calçada no piso, o que aumentará o ruído. - Acrescentou o facto de não ter sido previsto, atempadamente, o estacionamento na Quinta do Chafariz e na Estrada de Santa Cruz, considerando que os sucessivos executivos camarários não tiveram a capacidade de perceber o aumento da procura de estacionamento naquela zona, o qual cresceu exponencialmente, porque foram licenciadas as construções de prédios e não foram previstos os seus impactos, considerando que são responsáveis por tornarem pior a vida dos munícipes, pelo que a sua intervenção é de repúdio e alerta para estas situações, apelando ao bom senso para a sua resolução. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder às questões colocadas, o qual começou por agradecer as intervenções da/o/s munícipes sobre este assunto, embora considerasse que

algumas afirmações não correspondiam inteiramente à verdade, devido, possivelmente, a falta de conhecimento sobre as situações. -----

Recordou, em primeiro lugar, que a Câmara Municipal tinha tido o cuidado de apresentar publicamente um esboço, bastante desenvolvido, do projeto de requalificação daquela Avenida e da sua envolvente, tendo, na altura, o Senhor Carlos Figueiredo feito um conjunto de considerações muito críticas, sobre as obras previstas, as quais voltou a reiterar. -----

Acrescentou que não conhecia obras que não criassem transtornos e que tinham a perfeita consciência de que também se iriam verificar com aquela obra, tendo em conta que a mesma se desenvolve numa zona residencial, comercial e de serviços, onde vivem mais de duzentas pessoas, e também porque se tratava de uma intervenção de fundo, bastante complexa, de substituição de infraestruturas que foram construída sobre uma linha de água, nos anos cinquenta e sessenta, das quais não existem registos, com o aparecimento de situações inesperadas, recordando também que naquela zona não houve pluviais e sumidouros, durante muitos anos, sendo que vão ser colocadas manilhas de grande dimensão, para escoamento das águas provenientes da zona alta da Cidade. -----

Informou que existe um acompanhamento muito próximo da obra, por parte da fiscalização da Câmara Municipal, cuja responsável é a Engenheira Cláudia Jorge. Acrescentou que, no dia anterior, tinha estado, duas vezes, no local da obra, acompanhado do Chefe de Divisão, Engenheiro José Carlos, que tem estado a acompanhar os trabalhos, onde foram abordados por uma comerciante que lhes colocou algumas questões, a qual também se queixou da forma como o Engenheiro responsável da obra, por parte do empreiteiro, lhe respondeu, sendo que, posteriormente, tentou sensibilizar o mesmo no sentido de melhorar a sua abordagem aos munícipes, tendo o mesmo referido que a sua reação se deveu ao facto da GNR ter sido chamada ao local, para fazer o reconhecimento das situações de segurança, na sequência de um acidente com uma pessoa, acrescentando também que considerava que existiam motivações políticas por parte de algumas pessoas, as quais aproveitavam as situações para atacar a Câmara e eles apanhavam por tabela. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal alertou ainda que, no caso de acontecer algum problema grave dentro da obra e estando a mesma vedada, nenhuma seguradora assumirá os custos do acidente. -----

Mais informou que a obra será desenvolvida de forma faseada, compreendendo três fases, sendo a primeira, da Rotunda, a ponte, até à zona do Mercado Municipal, incluindo a Rua Dr. Félix da Cruz, onde foram colocadas infraestruturas, nomeadamente a rede de águas, não tendo sido somente levantado o piso. Acrescentou que os trabalhos foram iniciados naquela Rua, por não causar muitos transtornos à circulação do trânsito e também para se perceber como iriam funcionar os trabalhos a desenvolver, sendo que a zona onde os mesmos prosseguem, na Avenida, é a mais complicada de todas as fases, por se tratar, como já dissera, de uma intervenção de fundo e complexa nas infraestruturas, incluindo também a rede de águas, a qual vai ser retirada do meio da via, para junto do passeios, o que facilitará eventuais intervenções que tenham que ser feitas na sua manutenção. -----

Sobre a questão da iluminação pública, referiu que, efetivamente, o empreiteiro não procedeu bem, não cumprindo com o que tinha sido acordado, ou seja; retirar primeiro os postes de um lado, proceder à intervenção e só depois de concluída essa parte é que retirava os candeeiros do outro lado da via, para que nunca deixasse de haver iluminação, acrescentando que não o fez desta forma e não deu conhecimento à Câmara Municipal, sendo que a Fiscalização, ao se aperceber, interpelou o empreiteiro sobre o

sucedido, o qual referiu que pretendia apenas substituir os postes, mas ao verificar que o cabo de alimentação estava danificado, tinha mandado retirar tudo, afirmando que naquele mesmo dia iam repor a iluminação, o que não conseguiram. Mais considerou que se tratava de uma situação que não devia ter acontecido, para o qual foi chamada a atenção do mesmo.-----

Relativamente ao estacionamento, informou que estará condicionado enquanto durarem as obras, mas está previsto o acesso às garagens, sempre que possível, tendo em conta a segurança das pessoas, porque ninguém quer que aconteçam acidentes, relativamente aos quais o primeiro responsável é o empreiteiro e o segundo responsável é o Presidente da Câmara Municipal.-----

Acrescentou que, para evitar acidentes, também é preciso que os cidadãos respeitem as regras de segurança, não repetindo situações como já aconteceu, de retirarem os pins e avançarem com as viaturas por uma via onde estão camiões descarregando manilhas de grande dimensão e outras máquinas em movimento. Informou que o que ficou estabelecido com o empreiteiro foi que, inicialmente, ficasse uma segunda passagem no sentido ascendente e, passados três dias, abrir um acesso, a poente, sendo que o Engenheiro responsável pela obra lhe transmitiu que era possível efetuar cargas e descargas, desde que o avisassem, atempadamente, o que já terá acontecido.-----

Mais referiu que estas situações vão sendo geridas conforme a evolução da obra, tendo sempre presente que o mais importante é a segurança das pessoas, esperando que esta primeira fase fique concluída no prazo de três semanas.-----

No que respeita ao estacionamento alternativo, referiu que a Câmara Municipal divulgou, através de um comunicado à população, que o mesmo podia ser feito, em vários locais, nomeadamente num espaço que foi marcado junto ao Campo de Futebol, nas traseiras de um edifício, em frente ao mesmo, junto ao Auditório Municipal, na Rua do Hospital, junto à Quinta do Chafariz, e também, embora mais longe, desde as escolas até ao Centro de Saúde.-----

Referiu ainda que não se tratava de retirar a circulação do trânsito nas vias que estão a ser alvo de requalificação, como acontece noutras cidades, tendo em conta a sua centralidade e também e não iam ser reduzidos os lugares de estacionamento.-----

No referente às árvores, recordou que algumas foram cortadas, havia alguns anos, devido a insistentes pedidos dos moradores, os quais se queixavam que as ramas entravam nas suas casas e estavam a estragar os passeios, originando problemas de mobilidade, sendo que as árvores em causa tinham também problemas complicados que podiam levar à sua extinção natural, e também, por vezes, caíam pernadas das mesmas, pondo em risco a segurança das pessoas e eventuais danos nas viaturas. Acrescentou que foram cortadas oito árvores, porque as obras também iam interferir com as suas raízes, e vão ser plantadas vinte e nove árvores, de outra espécie.-----

Concluiu, esclarecendo que não era verdade que as obras estivessem atrasadas, apelando à paciência dos munícipes, acrescentando que quanto mais depressa as mesmas se desenvolverem, melhor será para todos. Apelou também aos munícipes para que continuem a ser reportados à Fiscalização da Câmara Municipal os problemas que detetarem.-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que não tinha dúvidas sobre os transtornos que aquelas obras causavam aos moradores e comerciantes, acrescentando que todos irão estar mais atentos ao desenvolvimento dos trabalhos e que a Mesa da Assembleia, tal como a Câmara Municipal estava sempre disponível, para atender os munícipes.-----

Questionou, em seguida, se havia alguma questão que não tivesse sido respondida.-----

O Senhor Carlos Figueiredo solicitou novamente o uso da palavra, para esclarecer que na discussão pública do projecto tinha referido a necessidade, da criação prévia, de espaços alternativos de estacionamento, o que não aconteceu.-----

Mais referiu que era verdade que muitas cidades passaram a ter somente circulação pedonal nas zonas históricas, mas os seus executivos camarários providenciavam estacionamento subterrâneo e túneis, onde era possível, o que em Santiago do Cacém não foi feito, quando o Parque da Quinta do Chafariz tinha as condições para o efeito, sem grandes custos.-----

Relativamente às árvores, referiu que, se tivesse sido feito um estudo detalhado a conclusão do mesmo seria que a maioria dos residentes não queriam que as árvores fossem cortadas. Acrescentou que, normalmente, as árvores eram podadas, regularmente, mas a partir de um determinado momento deixaram de o fazer, considerando que o corte das mesmas agravará os problemas ambientais.-----

Mais referiu que se questionava sobre o que iria melhorar com aquelas obras e também sobre a forma como estão a ser geridos os recursos públicos, tendo em conta o elevado custo das mesmas, embora considerasse necessária a intervenção nas infraestruturas, o que, na sua opinião, podia ter sido feita aquando da intervenção nos coletores.-----

No que respeitava às questões de segurança e iluminação, referiu que denotavam que não tinha havido o devido acompanhamento por parte da Câmara Municipal, para evitar e corrigir as situações.-----

A Senhora Presidente concedeu novamente a palavra ao Senhor Jorge Pinela, o qual começou por referir que não estava contra a obra e que todos ganhavam se as mesmas avançassem com rapidez.-----

Mais referiu que não era ao Presidente da Câmara que competia fiscalizar a obra e que estava mal informado sobre o sucedido, considerando que, se alguém faltou à verdade sobre os acontecimentos ali registados, tinham sido os responsáveis da obra, nomeadamente no que respeitava à iluminação, porque foram eles que destruíram o cabo com as máquinas e não fizeram qualquer tentativa para repor a iluminação, factos que pode observar.-----

A Senhora Presidente concedeu novamente a palavra à Senhora Patricia Almeida, a qual agradeceu as explicações que já tinham sido dadas, acrescentando que também não estava contra a realização das obras, sendo que o questionava era a forma como estavam a ser feitas.-----

Mais referiu que ficava com a dúvida, se ia haver mais acção por parte da Autarquia no sentido de fazer cumprir todas as normas de segurança no perímetro da obra, por parte do empreiteiro, considerando que a situação era preocupante, quer para as pessoas que circulavam no local, quer para os próprios trabalhadores, esperando que sejam feitos os devidos alertas ao responsável das obras, para que não haja mais acidentes.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a questão da segurança das pessoas era prioritária, sendo esta a razão que levou a que o Engenheiro responsável da obra tivesse impedido a circulação no local, no sentido de evitar mais acidentes. Acrescentou que os corredores para circulação estão bem definidos e que é preciso respeitar a sinalização, o que não significava que não se possa aperfeiçoar alguns aspectos. Mais referiu que os técnicos municipais que acompanham a obra são bastante qualificados e bons profissionais.-----

Concluiu, solicitando novamente aos munícipes que sejam colocadas à Câmara Municipal eventuais situações que aconteçam no decurso da obra e que possam por em causa a segurança das pessoas, ou outras que considerem pertinentes.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente agradeceu a participação do público, acrescentando que a Assembleia Municipal era o sítio certo para virem colocar os problemas.-----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

ESCLARECIMENTO SOBRE SUBSTITUIÇÕES PONTUAIS DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NAS SESSÕES-----

A Senhora Presidente referiu que importava esclarecer este procedimento, porque foram levantas algumas dúvidas sobre as substituições de alguns membros, na Sessão anterior da Assembleia Municipal. -----

Acrescentou que as substituições, até trinta dias, devem ser comunicadas à Presidente da Assembleia Municipal pelos membros do órgão, os quais se farão substituir, se o assim o entenderem, pela/o cidadã/o que se segue **imediatamente** na mesma lista pela qual foi eleito, em conformidade com o previsto nos artigos setenta e oito e setenta e nove do Regime Jurídico das Autarquias Locais, e no Regimento da Assembleia Municipal. Documentos que constam no conjunto da legislação entregue a todos os membros da Assembleia Municipal, no ato de aceitação de funções.-----

Mais esclareceu que as objeções colocadas, na Sessão anterior, relativas às substituições, tinham a ver com o facto de terem sido indicados cidadãos que não se seguiam imediatamente nas respetivas listas, conforme o disposto na lei atrás referida, e sem que tivesse chegado aos Serviços qualquer informação dos cidadãos que se seguiam imediatamente nas respetivas listas de que não podiam estar presentes.-----

Interveio o Senhor Rui Beles Vieira, eleito do BE, informando que, por razões de ordem profissional, não pode estar presente na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, em dezembro do ano transato, tendo remetido a sua justificação de falta e indicado que se faria substituir por um membro da lista do seu Partido, o qual, posteriormente, foi informado, nos Serviços de Apoio aos Órgão Autárquicos, que não constavam da Lista do BE, pelo que não o podia substituir. Acrescentou que solicitou ao seu Partido que diligenciasse junto do Tribunal no sentido de obter uma cópia da Lista dos seus candidatos às eleições autárquicas, onde constava o nome do cidadão em causa, com vista a esclarecer a situação.-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que a razão pela qual não foi aceite a substituição teve a ver com o facto do cidadão indicado pelo Senhor Rui Vieira, não se seguir imediatamente na lista, constando no décimo quinto lugar.-----

A Senhora Presidente solicitou, em seguida, à Senhora Ermelinda Sobral, do Serviço de Apoio aos Órgãos Autárquicos, que esclarecesse sobre os procedimentos administrativos relativos a esta situação, a qual começou por informar que o cidadão indicado pelo Senhor Rui Beles Vieira, para o substituir naquela Sessão, se tinha dirigido aos Serviços, onde solicitou a documentação referente à mesma. Contudo, tendo presente que, numa sessão anterior, tinha sido uma cidadã que substituíra o Senhor Rui Vieira, consultou a lista de candidatos do BE, onde confirmou esta situação, não constando na mesma o nome do cidadão em causa, tendo dado, de imediato, conhecimento deste facto ao cidadão e, posteriormente, por e-mail, ao Senhor Rui Vieira e à Senhora Presidente da Assembleia Municipal. Acrescentou que passados alguns dias, o responsável local do BE, se dirigiu aos Serviços com uma cópia extraída da lista constante no processo do Tribunal, onde, efetivamente, constava o nome do cidadão em causa, cujo número de ordem era o décimo quinto. Pelo que, foi conferir os cadernos eleitorais com o Serviço responsável pelo processo eleitoral, onde confirmou que não constava aquela página, o que não foi detetado quando o Tribunal remeteu o

processo. Perante esta situação, contactou, de imediato, o cidadão em causa, esclarecendo este facto e apresentando desculpas por ter incorrido em erro, ao afirmar que o mesmo não constava naquela lista, esclarecendo novamente que a razão pela qual o mesmo não podia substituir o Senhor Rui Vieira tinha a ver com o facto de não ser o cidadão que se seguia imediatamente na lista. Destes factos foi dado conhecimento superiormente e a todos os interessados. -----

A Senhora Presidente referiu que, caso não existissem dúvidas, dava o assunto por encerrado. -----

Interveio novamente o Senhor Rui Beles Vieira, informando que tinha abordado, previamente, esta questão com a Senhora Presidente e que não pretendia criar polémica sobre o assunto, mas não podia deixar de o colocar, sendo que, da sua parte, o mesmo encerrado. -----

INFORMAÇÃO SOBRE AS ACCÇÕES DESENVOLVIDAS PELA COMISSÃO DE SAÚDE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

A Senhora Presidente deu conhecimento que a Comissão de Saúde da Assembleia Municipal tem reunido quase todas as semanas, tendo decidido solicitar, novamente, audiências a várias entidades, nomeadamente à Senhora Ministra da Saúde, à Administração Regional de Saúde do Alentejo e ao Senhor Presidente da República, para voltar a colocar a situação dos Cuidados de Saúde no Município e no Litoral Alentejano, dado que não têm sido registadas melhorias, mas sim o agravamento da mesma. -----

Mais informou que decidiram também promover uma reunião com os presidentes das Assembleias Municipais do Litoral Alentejano e membros das respetivas comissões de saúde, no sentido de acordarem uma posição conjunta sobre esta matéria. Acrescentou que estiveram presentes o Presidente da Assembleia Municipal de Grândola e membros da Comissão de Saúde, a Assembleia Municipal de Sines fez-se representar por um membro da Mesa, sendo que a Assembleia Municipal de Odemira e a Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, não puderam estar presentes, tendo sido decidido nesta reunião que a Comissão de Saúde da Assembleia Municipal de Santiago do Cacém iria preparar um documento, com os contributos de todas as assembleias, a submeter à aprovação, nas cinco assembleias municipais do Litoral Alentejano, para ser entregue no Ministério da Saúde, no dia cinco de abril, Dia Mundial da Saúde. -----

Informou ainda que, nesta data, teve lugar uma manifestação, junto ao Ministério da Saúde, promovida pela Comissão de Utentes do Litoral Alentejano, bastante participada, na qual esteve presente, bem como outros eleitos nos órgãos autárquicos do Município. - Mais referiu que não devia ser necessário reivindicar aquilo que é um direito de todos, mas considerava que era preciso dar continuidade a esta luta, dado que, apesar de todas as reuniões efetuadas ao longo do ano anterior pela Comissão de Saúde, com as diferentes entidades de Saúde, com os Grupos Parlamentares e com os Sindicatos, não houve evolução sobre este assunto. -----

A Senhora Presidente passou a palavra à Senhora Teresa Alves, membro da Comissão de Saúde, para apresentar o documento conjunto sobre a Saúde, em forma de “MOÇÃO -----

As Assembleias Municipais do Alentejo Litoral manifestam mais uma vez a sua preocupação com a degradação em que o Sistema Nacional de Saúde se encontra. Ao longo deste mandato foram muitas as diligências, e os apelos realizados junto de diversas entidades, no sentido de que todos os mecanismos necessários para garantir o direito à saúde, fossem colocados ao dispor das populações. -----

O direito à saúde encontra-se consagrado na Constituição da República Portuguesa, sendo devido a toda a população os cuidados básicos e assistência na prevenção e no tratamento de doenças.-----

A Constituição Portuguesa, é a Lei Fundamental e define o Serviço Nacional de Saúde, como um serviço nacional público, concretizador da responsabilidade do Estado em garantir o direito à saúde a todos os portugueses em condições de igualdade, independentemente do seu estatuto social e económico.-----

É cada vez mais preocupante a prestação e a acessibilidade aos cuidados de saúde no Alentejo Litoral e é evidente que o Hospital do Litoral Alentejano não dispõe dos recursos necessários para responder às necessidades dos seus utentes. Nos últimos anos, não têm sido tomadas medidas para reforçar a sua capacidade e reduzir, progressivamente, o encaminhamento de utentes para outras unidades de saúde.-----

Manifestamos a nossa preocupação com: -----

1 - A situação de carência de médicos e enfermeiros vivida no Hospital do Litoral Alentejano; -----

2 – A falta de médicos nas unidades de saúde familiar e nas extensões de saúde, gerando uma enorme carência às necessidades das populações, que assim ficam desprovidas de acesso aos cuidados básicos de saúde;-----

3 – O encerramento de serviços de proximidade faz com que existam cada vez mais dificuldades no acesso à saúde penalizando sobretudo os mais idosos e a população com reformas mais baixas; -----

4 – A necessidade de estabilização urgente do quadro de pessoal do Hospital do Litoral Alentejano, sobretudo do corpo médico, de modo a melhorar e otimizar os serviços;-----

5 – O encerramento de camas devido à escassez de pessoal; -----

6 – A insuficiência na oferta de consultas de especialidade;-----

7 – As listas de espera, para consultas de algumas especialidades; -----

8 – A necessidade urgente de melhorar as condições de trabalho em algumas áreas não só desta unidade hospitalar, como também dos centros de saúde; -----

9 – Um horário mais alargado de atendimento nos centros de saúde e com disponibilidade de meios complementares de diagnóstico; -----

10 – A degradação dos transportes públicos e acessibilidades. -----

Assim, vimos requerer à Senhora Ministra da Saúde que tome as diligências necessárias para que as carências identificadas sejam supridas, e se encontrem formas de incentivo para que o pessoal médico e de enfermagem se radique no Alentejo Litoral.-----

Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, em 28 de fevereiro de 2020.” -----

A Senhora Presidente colocou a proposta de Moção à discussão. -----

Interveio o Senhor Jorge Magrinho, eleito da CDU, referindo que o entristecia o facto de não ter visto na manifestação, que tinha tido lugar, nesta data, em Lisboa, junto ao Ministério da Saúde, membros de outras Forças Políticas, para além da CDU e do BE, quando foram eleitos pelos municípios para lutar pelos direitos de todos. Mais referiu que nas sessões da Assembleia Municipal todos afirmam estar preocupados com as diferentes questões que se colocam, mas quando é para darem a cara, na defesa dos interesses dos cidadãos que representam, não aparecem nas ações, acrescentando que se envergonharia, como cidadão e como utente, se não participasse nestas ações, onde todos deviam estar, esperando que o façam no futuro, o que seria de louvar.-----

Interveio o Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, começando por referir que, felizmente, tem existido por parte de todos os partidos políticos representados na Assembleia Municipal a capacidade de manter um consenso sobre as questões da Saúde, o que está refletido nos documentos aprovados por este Órgão Autárquico, através dos quais é dada a conhecer publicamente a posição política da Assembleia Municipal sobre esta e outras matérias, para além do bom trabalho que têm vindo a ser desenvolvido pela Comissão de Saúde, constituída por membros de todas as Forças Políticas representadas na Assembleia Municipal.-----

Mais referiu que todos conheciam os problemas na Saúde, os quais se têm vindo a agravar no Município, e que, não querendo quebrar o consenso que tem existido sobre este assunto, importava não esquecer que o PCP e a CDU viabilizaram o Orçamento de Estado, na Assembleia da República, o qual define a política geral do País, assim como legitimaram o Governo anterior, com documento escrito, também subscrito pelo BE.----

Interveio o Senhor Rui Beles Vieira, eleito do BE, referindo que nem o seu Partido nem a CDU tinham legitimado o atual Governo, sendo que nas discussões, na especialidade, sobre o Orçamento para o ano em curso, foi possível negociar algumas questões importantes, acrescentando que o PSD já fez muitos acordos com o PS, viabilizando outras matérias importantes, nomeadamente no referente às Parcerias Público Privadas (PPPs), para encher os bolsos aos grandes grupos económicos, aprovadas também pelo CDS-PP. Acrescentou que o PSD também diz que ama o Serviço Nacional de Saúde, desde que privatizado.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta de Moção** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**.-----

CIDADE DE VILA NOVA DE SANTO ANDRÉ – OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DO BAIRRO DAS FLORES-----

O Senhor Rui Beles Vieira, eleito do BE, referiu que tinha colocado, numa sessão da Assembleia Municipal, havia cerca de um ano, questões relativas aos prazos e outras situações que estavam a ocorrer com aquelas obras, tendo o Senhor Presidente da Câmara Municipal referido que não havia nada que pudesse por em causa os prazos, para a sua conclusão. Contudo, ainda aquelas obras não estavam terminadas, com valas abertas, e o empreiteiro já estava a iniciar obras noutra Bairro da Cidade, tendo a Fiscalização sido alertada sobre esta situação. Acrescentou que ele e outros membros do seu Partido foram ao local, onde falaram com várias pessoas ali residentes que tinham queixas de toda a ordem, as quais já tinham sido comunicadas à Câmara Municipal, nomeadamente sobre muros partidos, áreas privadas e jardins danificados, e redução de espaços verdes, sendo que o pior de tudo era o facto de não terem sido ainda corrigidos os danos, nos espaços comuns, causados pelas máquinas.-----

Referiu ainda que o empreiteiro era arrogante e não era educado com as pessoas.-----

Mais referiu que considerava também lamentável e inacreditável, o facto de alguns moradores terem comunicado à Câmara Municipal, em abril, maio, agosto, setembro e outubro do ano transato, uma situação que tinha a ver com danos na sua casa, causados pela passagem de um cilindro na via junto à mesma, não tendo obtido resposta, pelo que, remeteram um *e-mail* à Senhora Presidente da Assembleia Municipal, sobre o assunto, solicitando que desse conhecimento do mesmo aos membros da Assembleia, o que não aconteceu, sendo que deu conhecimento do assunto ao Executivo Municipal, tendo o Senhor Presidente da Câmara Municipal ido ao local ver a situação, onde referiu que a responsabilidade era do empreiteiro e que o iria sensibilizar, para proceder às

correções. Acrescentou que a Câmara Municipal, como dona da obra era a interlocutora e responsável perante os munícipes.-----

Questionou a Senhora Presidente da Assembleia sobre a razão por que não foi dado conhecimento aos membros da Assembleia Municipal da queixa dos moradores, pelo facto da Câmara Municipal não estar a resolver aquela situação, como foi solicitado. Acrescentou que, na presente data, os reclamantes remeteram um novo *e-mail* sobre este assunto à Assembleia Municipal e aos partidos com representação na mesma. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que as obras no Bairro das Flores, tal como outras, criam sempre transtornos, acrescentando que aquelas obras estão praticamente concluídas, embora ainda haja situações por corrigir, conforme o reportado pela Fiscalização Municipal. -----

Mais referiu que gostaria de saber quais eram os casos concretos e quantos eram os fogos onde foram detetados problemas, dos mais de trezentos que fazem parte daquele Bairro, para melhor avaliar a abrangência da situação. -----

Esclareceu também que tinha ido somente a uma residência, acompanhado do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santo André, para se inteirarem de uma situação, a qual já tinha sido identificada pela Fiscalização. Acrescentou que perante as situações têm que se ouvidas todas as partes, sendo que, o empreiteiro reconheceu alguns erros, mas no caso referido a posição do empreiteiro não é a mesma que a dos reclamantes. Mais referiu que primeiro devem ser feitas diligências no sentido de resolver os problemas entre as partes, e caso não seja possível chegar a um entendimento, a situação deve ser reportada à empresa Seguradora e, em ultima instância, aos tribunais, acrescentando que a Câmara Municipal assume aquela que é a sua responsabilidade. ----

Relativamente à questão das áreas verdes, considerou que a mesma era discutível, questionando se o eleito sabia qual tinha sido a redução que houve nos espaços verdes, e quais as situações concretas relativamente aos espaços comuns, acrescentando que, caso não tivesse presente estes dados, também o podia fazer, posteriormente, por escrito. ----

Sobre o atraso na obra, referiu que, em sessões anteriores da Assembleia Municipal, já tinha reconhecido que havia algum atraso, acrescentando que o prazo de execução da mesma era de dezoito meses, o qual terminou no mês de novembro do ano transato, sendo que o empreiteiro assumiu que não ia conseguir cumprir com o prazo previsto, devido à complexidade da obra, as dificuldades por falta de mão de obra e de atrasos no fornecimentos de materiais, indicando o final do mês em curso como data provável da conclusão das obras, a qual, de facto, está praticamente concluída. -----

Informou ainda que quando a obra for rececionada serão verificadas todas as situações e, no caso de não estar tudo conforme o que foi contratado e corrigidas as situações detetadas durante a realização das obras, a Garantia Bancária não será libertada.-----

Concluiu, referindo que, apesar dos constrangimentos durante a realização das obras e das diferentes opiniões relativamente à solução urbanística, a requalificação daquele Bairro traz ganhos significativos para as pessoas que nele residem. -----

Interveio novamente o Senhor Rui Beles Vieira, questionando se o Senhor Presidente da Câmara tinha ou não tido conhecimento de uma situação concreta, no Bairro das Flores, que lhe foi reportada pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal, e se a Câmara Municipal tinha respondido às situações que foram colocadas pelos munícipes residentes naquele Bairro.-----

Questionou também a Senhora Presidente da Assembleia Municipal se tinha ou não tido conhecimento, em dezoito de setembro do ano transato, de uma situação sobre danos numa habitação resultantes daquelas obras, da qual não foi dado conhecimento à Assembleia Municipal, como foi solicitado pelos mesmos, passando a ler o *e-mail*

remetido pelos munícipes, na presente data, à Assembleia Municipal e aos partidos políticos representados na mesma, sobre o assunto. -----

Mais referiu que este era o exemplo de uma situação concreta, conforme o solicitado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

A Senhora Presidente esclareceu que o assunto tinha sido remetido ao Executivo Municipal, com vista à sua resolução, conforme o seu despacho datado de vinte e cinco de setembro de dois mil e dezanove, aguardando a resposta, para dar conhecimento da situação à Assembleia Municipal. -----

Mais informou que ainda não tinha recebido o novo *e-mail* sobre este assunto. -----

DOCUMENTOS SOLICITADOS À CÂMARA MUNICIPAL -----

A Senhora Susana Pádua questionou se havia alguma previsão para a entrega dos dados que solicitou sobre o número de pessoas que a Câmara Municipal colocou no ensino Pré-escolar e os rácios previstos na lei para o exercício das funções, a fim de atestar se são o dobro do previsto nos mesmos, conforme foi referido, de uma forma enfática, pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, em Sessão anterior. -----

Acrescentou que gostaria também que lhe fossem facultados os protocolos estabelecidos entre o Município, o Ministério do Trabalho da Solidariedade e Segurança Social e com o Ministério da Educação, para complementar a informação. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que os rácios relativamente ao ensino Pré-escolar estavam na Lei. -----

Mais referiu que a Educação era uma questão importante, entre várias, para a Câmara Municipal, e que tinha orgulho na forma como a Autarquia tem funcionado relativamente ao sector da Educação, o que tem sido reconhecido pela Oposição, nomeadamente no que respeitava ao fornecimento de manuais escolares, aos transportes escolares, cujos passes foram alargados até ao último ano do ensino secundário, entre outras ações, acrescentando que a Câmara Municipal tem vindo sempre a reforçar as verbas nesta área, mesmo quando teve que fazer cortes noutros sectores. -----

A Senhora Susana Resende referiu que sabia que os rácios estavam na Lei, precisando que a informação que solicitara tinha a ver com o número de pessoas ao serviço, nos diferentes estabelecimentos de ensino, à data em que fez o pedido. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que serão facultados os dados solicitados. -----

Pela Senhora Adelaide de Lemos, em representação das/dos eleitas/os da CDU, foi apresentada a seguinte-----

“SAUDAÇÃO -----

DIA INTERNACIONAL DA MULHER – 8 DE MARÇO -----

Na sociedade actual, as mulheres precisam da concretização de políticas que respondam às suas justas aspirações. Políticas que assegurem a igualdade em todas as esferas da vida, a garantia de acesso ao trabalho e a não exclusão das mulheres por serem mães, a garantia de carreiras profissionais, a promoção e o acesso a todos os cargos de direcção; a igualdade salarial entre homens e mulheres; o fim da precariedade no emprego que impede a realização de projectos de vida a tantas jovens. Medidas que facilitem as tarefas familiares ainda demasiado concentradas na mulher e que lhe retira o tempo para viver. São necessárias políticas que realcem o valor do trabalho, que ponham fim à desregulação dos horários, instrumento de intensificação da exploração laboral e obstáculo à conciliação entre a vida familiar e profissional. O Estado deve usar os instrumentos e instituições de

que dispõe para fazer cumprir os direitos de maternidade e paternidade, garantir a protecção da saúde da mulher em todo o seu ciclo de vida; garantir o direito à reforma e a uma posição digna. O foco da luta das mulheres deve centrar-se nos problemas mais sentidos, como trabalhadoras, mães e cidadãs. As comemorações do Dia Internacional da Mulher têm sido um ponto alto de convergência histórica da luta das mulheres de todas as gerações e no mundo. Estão agendadas várias iniciativas para a comemoração deste dia, de sindicatos, de autarquias, de organizações várias. Apelamos à participação na Manifestação Nacional de Mulheres a 8 de Março, em Lisboa, e em todas as iniciativas que assinalem o Dia Internacional da Mulher que dará ainda mais visibilidade aos problemas mais cadentes das mulheres, em torno dos seus direitos.

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida a 28 de fevereiro de 2020, apela às mulheres do nosso Concelho que participem nesta grande Manifestação Nacional de Mulheres e que demonstrem a urgência de lutar para que os direitos das mulheres se cumpram!” -----

Pela Senhora Susana Pádua, em representação das/dos eleit/as/os do PS, foi apresentada a seguinte “RECOMENDAÇÃO -----

Iniciada a obra de requalificação da Avenida Manuel da Fonseca e envolvente do Mercado Municipal o quotidiano dos residentes, comerciantes, prestadores de serviços e de todos e todas que têm de se deslocar à zona, tornou-se dramático. -----

É do senso comum que obras provocam transtorno, mas impera o bom senso que esse transtorno seja minimizado. -----

Assim, numa zona com forte impacto no quotidiano da cidade como esta, impunha-se uma programação de obra segmentada, onde os trabalhos a realizar se sucedessem de forma imediata, procurando minimizar os impactos. Em boa verdade nada disso se vê.-----

A velocidade a que decorrem os trabalhos da obra é preocupante, o pavimento foi removido, ficando a aguardar futuras intervenções. Durante semanas não houve qualquer evolução da obra, verificando-se finalmente esta semana alguma intervenção. -----

E para complementar tudo o que não deve acontecer, o estacionamento previsto, que deveria estar disponível antes do arranque das obras, não está.-----

Numa área em que já existia carência de lugares de estacionamento, o início das obras, eliminou de um dia para o outro aproximadamente 40 lugares de estacionamento. -----

De referir ainda que a obra não apresenta sinalização conforme definido nas regras de segurança, colocando em risco os munícipes. -----

Considerando que as situações acima descritas não dignificam a qualidade de vida dos munícipes, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida a 28 de fevereiro, recomenda à Câmara Municipal de Santiago do Cacém:-----

1- Que seja efectuado, e remetido à Assembleia Municipal, justificação do motivo da obra se ter encontrado parada; -----

2- Que seja remetido à Assembleia Municipal o plano faseado dos trabalhos e planeamento das acções com calendarização, para corrigir ou minimizar o sucedido no ponto 1; -----

3- Que o estacionamento previsto no projeto em execução e a construir na periferia da zona a intervir, se conclua com carácter de urgência; -----

4- Que se cumpram as regras de higiene e segurança na obra, bem como a sinalização da mesma. -----

Aproveitamos para reiterar o que o Partido Socialista disse em sede de Assembleia Municipal Extraordinária de 06 de março de 2019.-----

Lamentamos ter razão pois o que nos têm movido, sempre, é desejarmos o MELHOR para Santiago do Cacém e seus habitantes!”-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal voltou a referir que a Câmara Municipal estava a acompanhar a execução das obras, no sentido de resolver eventuais problemas e com a maior brevidade possível, para que não haja atrasos, acrescentando que, tal como os moradores e os comerciantes daquela zona, também os políticos, querem e estão empenhados, para que a obras corram bem. -----

Mais informou que são positivas as referências sobre a empresa a quem foi adjudicada a obra, as quais foram obtidas junto de outras autarquias onde a mesma também já realizou obras. -----

Informou ainda que a situação do estacionamento foi acautelada e divulgada à população através de comunicados colocados no local, nas redes sociais e imprensa, acrescentando que se estava a falar de cento e vinte lugares alternativos e mais os que vão ser criados na Quinta do Chafariz, e junto ao Campo de treinos. -----

Quanto à questão da falta de sinalização, referiu que gostaria que a questão fosse mais explicitada, dado que tinha estado no local da obra, no dia anterior, e não se apercebeu desta situação. -----

Mais referiu que gostaria também que fossem indicados os dias em que a obra teve parada, porque tinha tido conhecimento que a obra parou somente um dia e meio. -----

Acrescentou que solicitava estas precisões, por considerar importante que a informação que é dada à Assembleia Municipal deve ser o mais rigorosa possível. -----

RECOMENDAÇÃO SOBRE A CRIAÇÃO DO PROVIDOR DO IDOSO-----

A Senhora Dulce Rito, eleita do PS, referiu que também tinha apresentado uma recomendação, na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, de fevereiro de dois mil e oito, para criação do Provedor do Idoso, a ser nomeado pela Câmara Municipal e aprovado pela Assembleia Municipal, sendo que, até agora, não foi apresentada qualquer proposta neste sentido. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que existiam algumas dúvidas sobre este assunto, e que, depois de analisado o mesmo com os Serviços Municipais, o Executivo concluiu que não existiam condições para se avançar com uma proposta neste sentido.-----

CIDADE DE SANTIAGO DO CACÉM - OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DA AV. MANUEL DA FONSECA -----

O Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito da coligação Santiago do Cacém Mais, referiu que a apreciação política sobre este assunto já tinha sido feita na Câmara e na Assembleia Municipal, onde os representantes dos diferentes partidos tiveram oportunidade de expressar as suas opiniões, acrescentando que, com a obra em curso, o essencial é que os prazos para a sua realização sejam cumpridos e que as questões de segurança sejam devidamente acauteladas, considerando que será necessária uma fiscalização apertada, por parte da Câmara Municipal, para prevenir acidentes, tendo em conta que se trata de uma zona muito movimentada. -----

Acrescentou que, atualmente, existia uma carga burocrática complicada para a realização de obra, nomeadamente no referente às questões de higiene e segurança no

trabalho, pelo que, os empreiteiros corriam riscos tremendos de não cumprimento de todas as normas, questões a que a fiscalização deverá estar atenta. -----

INFRAESTRUTURAS FERROVIÁRIAS -----

O Senhor Pedro do Ó Ramos referiu que tem sido recorrente a discussão sobre o traçado da ferrovia no Município, colocando novamente a questão, no sentido de saber se há mais informação sobre este assunto. -----

O Senhor Presidente informou que tinha reunido com a empresa Infraestruturas de Portugal, em dois mil e dezoito, a qual apresentou um projeto prévio sobre o traçado, não tendo o mesmo sido concretizado no tempo previsto. -----

Mais informou que numa reunião da CIMAL com o Senhor Ministro das Infraestruturas, em meados do ano anterior, voltou a ser colocada a questão do traçado, relativamente ao qual foi transmitido que o mesmo se mantinha até Ermidas, no qual seriam feitas algumas obras, para as quais já existe projeto, cujo concurso será lançado entre março e abril do ano em curso. Acrescentou que, tendo como base esta informação, considerava que não ia haver alteração no traçado, até porque estaria em causa a perda dos Fundos Comunitários, caso não fosse lançado o concurso público, no prazo previsto. Acrescentou que se prevê que as obras avancem depois do verão de dois mil e vinte e um e terminem no final de dois mil e vinte e três. -----

Concluiu, referindo que havia ainda quem defendesse o traçado entre a Cidade de Santiago do Cacém e a Cidade de Vila Nova de Santo André, passando pelo Badoca e perto do Hospital, em direção a Grândola, com o qual a Câmara Municipal e outras entidades sempre discordaram. -----

PLATAFORMA INDUSTRIAL DE SINES – INVESTIMENTOS PREVISTOS ---

O Senhor Pedro do Ó Ramos referiu que o Governo tinha anunciado, havia alguns dias, que iam ser feitos investimentos avultados naquela Plataforma, nomeadamente a construção de uma fábrica de hidrogénio e de novas unidades na Repsol, para além do alargamento do Terminal XXI e do terminal Vasco da Gama, questionando se a Câmara Municipal tinha mais informações sobre este assunto e se está envolvida no processo, considerando que era importante o envolvimento dos municípios, tendo em conta os impactos destes investimentos nos mesmos. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a Câmara estava a acompanhar a situação, acrescentando que teve lugar uma reunião com a empresa Holandesa interessada no projeto do hidrogénio, para o qual necessitam de uma vasta área de terreno, para instalar uma Central Fotovoltaica, sendo que está a ser avaliada a localização da Unidade de Produção de Hidrogénio, a qual depende também dos custos de transporte de energia a partir daquela Central. -----

Acrescentou que o Governo está a acompanhar, diretamente, este assunto, e que ainda não está garantida a sua concretização, embora se trabalhe nesse sentido, sendo que se trata de um enorme investimento, o qual criará um mínimo de cinco mil postos de trabalho. -----

Mais informou que este assunto foi discutido na última reunião da CIMAL, existindo alguma preocupação, por parte dos autarcas, relativamente à especulação imobiliária que este progresso irá trazer, pelo que, decidiram questionar o Governo sobre as medidas que têm que ser tomadas para acompanhar estes investimentos, nomeadamente o reforço dos Serviços de Saúde, Educação e Habitação e de outros serviços públicos, pelo que, já solicitaram uma audiência ao Senhor Ministro das Infraestruturas e à Senhora Secretária de Estado da Habitação, para colocarem estas questões. -----

Em relação aos investimentos da Repsol, referiu que a informação que tinha era que os mesmos iam avançar.-----

AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ELÉTRICOS PELO MUNICÍPIO E POSTOS DE ABASTECIMENTO-----

O Senhor Francisco Lobo de Vasconcellos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, saudou a Câmara Municipal pela aquisição de veículos elétricos, esperando que prossiga com esta ação, considerando que se trata de um bom exemplo, no uso de energias alternativas.-----

Questionou sobre a possibilidade de virem a ser colocados postos de abastecimento na Av. Manuel da Fonseca, aproveitando a realização de obras no local, bem como o alargamento da rede, para outros locais, por forma a possibilitar o abastecimento a mais pessoas, dado que esta vai ser uma alternativa no futuro.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal informou que a Autarquia já tinha adquirido outro veículo elétrico, em dois mil e dezoito, acrescentando que as atuais viaturas foram adquiridas com o recurso a uma candidatura a um Fundo Ambiental.-----

Mais informou que já existe um posto de abastecimento na Av. D. Nuno Álvares Pereira, em frente ao Hotel D. Nuno, acrescentando que a colocação de um posto de abastecimento na Av. Manuel da Fonseca implicava a eliminação de alguns lugares de estacionamento, sendo que poderão ser analisadas outras possibilidades de localização de postos de abastecimento de viaturas elétricas no Município.-----

PROLONGAMENTO DOS TRABALHOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

Atingidas que foram às zero horas, a Senhora Presidente colocou à consideração da Assembleia a continuação dos trabalhos, por mais trinta minutos, de acordo com o previsto no Regimento.-----

Deliberado, por unanimidade, a continuação dos trabalhos.-----

Interveio o Senhor Rui Beles Vieira, eleito do BE, alertando para o facto de ainda não se ter entrado na Ordem do Dia, acrescentando que não podia deixar de fazer um reparo sobre o tempo de intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, para dar uma resposta que considerava pouco objetiva, quando era pedido aos membros da Assembleia Municipal, por parte da Mesa, a sua atenção para os tempos de intervenção. Mais referiu que lamentava também facto do Senhor Presidente da Câmara Municipal na sua intervenção ter usado expressões infelizes, pondo em dúvida a veracidade de algumas questões que foram colocadas, pedindo dados concretos, quando falou durante uma hora e disse pouco.-----

Interveio o Senhor Norberto Barradas, referindo que os eleitos da CDU se congratulavam com as respostas que foram dadas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal às questões colocadas pelos membros da Assembleia Municipal.-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual referiu que não havia um tempo limitado para a sua intervenção, acrescentando que foram colocadas muitas questões pelos membros da Assembleia Municipal às quais importava responder.-----

Mais referiu que era a primeira vez que era levantada uma questão deste tipo na Assembleia Municipal, recordando que quando foi membro da mesma as reuniões terminavam, muitas vezes, às quatro horas da manhã.-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que nunca foram colocadas restrições às intervenções dos membros da Assembleia Municipal.-----

Mais referiu que ficava registada a chamada de atenção do Senhor Rui Vieira.-----

Pelo Senhor Norberto Barradas, em representação dos/das eleitos/as da CDU, foi apresentada a seguinte Proposta de Moção: -----

“MOÇÃO-----

Pela criação das Regiões Administrativas -----

Instituir as Regiões Administrativas, mais do que um imperativo constitucional, é uma necessidade reconhecida para promover o desenvolvimento regional, aprofundar a democracia e reorganizar a administração do Estado. -----

Esmagar a autonomia e a capacidade de realização das autarquias locais sob o peso de múltiplas tarefas e encargos para execução de políticas centralmente decididas ou eleger, por um colégio restrito, titulares de órgãos de direção de organismos desconcentrados da administração (que estão vinculados a executar as opções do governo e submetidos à sua tutela integrativa) não promove nenhum daqueles objetivos essenciais. -----

O agendamento do Projeto de Resolução apresentado pelo grupo Parlamentar do PCP que definia um calendário e metodologia visando a instituição em concreto das Regiões Administrativas até às eleições para as autarquias locais em 2021, constituía uma oportunidade para efetuar a descentralização que o País carece. ----

Não se pode deixar de assinalar que aqueles que ciclicamente reiteram o seu apego à Regionalização e os que repetidamente lamentam a desertificação, o abandono do interior e as assimetrias territoriais, tenham na Assembleia da República contribuído com o seu voto para impedir que se desse realização ao que a Constituição da República Portuguesa consagra há mais de quatro décadas. -----

A posição assumida pelo PS, PSD, CDS, Iniciativa Liberal, Chega e PAN só pode ser merecedora de crítica pelo que representa de negação de um avanço indispensável ao desenvolvimento regional e à própria afirmação da autonomia do Poder Local.-----

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém delibera: -----

1- Manifestar o seu protesto face ao resultado que impôs novo adiamento ao processo da Regionalização e reiterar o empenho desta Autarquia em prosseguir a sua ação para a concretizar;-----

2- Denunciar o propósito de, mais uma vez, atrasar o processo de regionalização com o pretexto da pretensa democratização das CCDRs; -----

3- Reafirmar a necessidade urgente de instituir, em concreto, as Regiões Administrativas no Continente; -----

4- Manifestar a sua preocupação com o chamado processo de descentralização pelo que contende com a autonomia das autarquias locais (principalmente ao transferir competências para concretizar atribuições do Estado e da Administração Central), com a universalidade de direitos sociais fundamentais (como a saúde e a educação), e por transferir, de facto, encargos inoportáveis.”-----

A Senhora Presidente colocou a proposta de Moção, para discussão.-----

Interveio o Senhor Pedro do Ó Ramos, referindo que esta também era uma matéria que já tinha sido discutida muitas vezes na Assembleia Municipal, acrescentando que defendem a descentralização e não defendem a regionalização. -----

Acrescentou que percebia a Moção, mas não lhe parecia correta a referência a uma deliberação sobre esta matéria, aprovada, por maioria, na Assembleia da República. ----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta de Moção** a votação, a qual foi **aprovada por maioria**, com dezassete votos a favor, da/o/s eleita/o/s da CDU, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto

Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Jorge Manuel Mata Magrinho, Maria Emília Batista de Almeida, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Adelaide Júlia Messias de Lemos, João Ludovico, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves.-----

Dez votos contra, sendo seis da/o/s eleita/o/s do PS, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva, Ricardo Jorge da Cruz, José Costa e Pedro Marques, e quatro do/a/s eleito/a/s da Coligação Santiago do Cacém Mais, Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Maria Teresa Pereira Machado Branco, Francisco Alfeirão Rodrigues.-----

Uma abstenção do Senhor Rui Beles Vieira, eleito do BE. -----

-----**ORDEM DO DIA:**-----

---**1. Expediente.**-----

---A Senhora Presidente deu conhecimento da relação do expediente que deu entrada nos Serviços Administrativos da Assembleia Municipal, de novembro a dezembro de dois mil e dezanove e de janeiro e fevereiro de dois mil e vinte, documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número um, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

---**2. Ata**-----

---A Senhora Presidente colocou para discussão e aprovação a **Ata nº 08**, da Sessão Ordinária de dezembro de dois mil e dezanove.-----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.**-----

Os senhor/es/as Rui Manuel Beles Vieira, Maria Teresa Pereira Machado Branco, Francisco Alfeirão Rodrigues, José Costa, Pedro Marques e João Ludovico não votaram, por não terem estado presentes na reunião.-----

---**3. Participação no IVA – Artigo 26º-A, da Lei 73/2013 – Alteração ao Orçamento – Informação do Presidente da Câmara Municipal, para conhecimento.**-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, deu conhecimento da informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o assunto em epígrafe, em conformidade com a nota informativa da Direção Geral das Autarquias Locais – DGAL, de novembro de 2019, sobre as transferências do Orçamento de Estado quanto à contabilização da participação dos municípios na receita do IVA.-----

TOMADO CONHECIMENTO-----

---**4. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

--- **a) Declarações – Compromissos plurianuais, pagamentos e recebimentos em atraso, para conhecimento;**-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Beijinha, o qual **DEU CONHECIMENTO** de todos os compromissos plurianuais, pagamentos e recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2019.*-----

FUNDAMENTOS: alínea a) e b) do nº 1 e alínea c) do nº 2 do artigo 15º da Lei nº 8/2012 de 12 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº22/2015 de 17 de março e

artº 17 do Decreto Lei nº 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto Lei nº 99/2015, de 2 de junho”.

* Documentos que são dados como reproduzidos na presente Ata, com o número dois, ficando arquivados na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricados pelos membros da mesma.

A Senhora Presidente colocou o assunto para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra.

TOMADO CONHECIMENTO.

--- b) Projeto de alteração ao Regulamento do Prémio Nacional de Conto Manuel da Fonseca.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Beijinha, o qual apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Submeter à aprovação da Assembleia Municipal a versão final do Projeto de Alteração do Regulamento do Prémio Nacional de Conto Manuel da Fonseca.*

FUNDAMENTOS: 1. O projeto relativo à Alteração do Regulamento do Prémio de Conto Manuel da Fonseca foi sujeito à aprovação do Executivo a 22 de agosto de 2019 e posteriormente submetido a consulta pública para recolha de sugestões, pelo prazo de 30 dias nos termos do disposto no artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo.

2. Decorrido o prazo acima referido, não foram apresentados quaisquer contributos ou sugestões;

3. No uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelos artigos 112º (nº7) e 241º da Constituição da República Portuguesa, do nº2 do artigo 23º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, elaborada a presente Alteração do Regulamento Prémio de Conto Manuel da Fonseca, compete à Câmara Municipal propor à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do referido Anexo I da Lei n.º 75/2013, para os efeitos constantes da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo Diploma Legal.”

* Documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número três, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.

A Senhora Presidente colocou a **proposta**, para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.**

---5. ATIVIDADE AUTÁRQUICA

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Beijinha que deu conhecimento da Informação sobre a Atividade da Câmara Municipal nos meses de novembro e dezembro de 2019, documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número quatro, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.

A Senhora Presidente colocou o documento a discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra.

Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pela Senhora Primeira Secretária a relação, em **Minuta**, das deliberações tomadas na presente Sessão, a constar em Ata.

Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pela Senhora Presidente. Não houve inscrições para o uso da palavra.

Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade**.-----
Os trabalhos foram declarados encerrados pela Senhora Presidente, às zero horas e trinta minutos. -----
Desta Sessão se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

